

SESSÕES ORDINÁRIAS

ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA E ESTADO

SUBÁREA: 9. POLÍTICAS PÚBLICAS, POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006

*Rosa Maria Marques¹; Marcel Guedes Leite e Áquilas Mendes²;
Mariana Ribeiro Jansen Ferreira³.*

“Na semana imediatamente posterior às eleições de 15 de novembro, ia eu num ônibus quase vazio e ouvia a conversa entre o motorista e o cobrador, às suas costas. Ambos nordestinos, comentavam os resultados eleitorais, quem ganhou, quem perdeu. A certa altura, o motorista fez a afirmação enfática: “Esse pessoal se engana com a gente. Na hora de votar, quem mora num barraco é igualzinho a Antônio Ermírio”.” (GORENDER, 1995)

Resumo

Este artigo investiga a relação entre a importância do Programa Bolsa Família na população brasileira e o resultado das eleições presidenciais de 2006. A base de dados compreende informações municipais do MDS, do IBGE e do TSE. Como forma de controle, foram estudadas as eventuais influências de outras variáveis nesse resultado, todas elas provindas das características específicas dos municípios, tais como município de população predominantemente rural ou urbana; porte populacional, entre outros. Os resultados obtidos concluem que o Bolsa Família foi, de fato, importante na determinação dos votos em Lula. O programa foi responsável por 45% do total dos votos em Lula, independentemente de outros fatores.

Summary

This paper investigates the relationship between the impact of Bolsa Família Program in the Brazilian population and the result of the presidential elections of 2006. The database involves municipal information provided by MDS, IBGE and TSE. To control the experiment, the eventual influences of other variables in the determination of this relationship had been studied. All those variables come from specific characteristics of the cities, such as: city with predominant urban or not urban population; size of the city population; among others. The results state that the Bolsa Família was, in fact, a very important factor in the determination of the votes in Lula. It was, in itself, responsible by 45% of the total votes in Lula.

Palavras-chave: Bolsa Família; eleições presidenciais de 2006; determinantes do voto.

JEL: I38; H53;

¹ Professora Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUCSP.

² Professores Doutores do Departamento de Economia da PUCSP e da Faculdade de Economia da FAAP/SP.

³ Professora do Departamento de Economia da PUCSP.

1- À guisa de introdução

1.1 - Eleições, seus determinantes e objetivo.

A determinação dos fatores que atuam para um determinado resultado eleitoral sempre foi algo difícil e discutível mesmo entre aqueles que a tem como objeto de pesquisa. Entre os diferentes ramos da ciência que se ocupam do homem como um ser social, historicamente determinado, a ciência política e a sociologia têm destaque nos esforços empreendidos para explicar as características e os processos de representação partidária brasileira, com ênfase maior ou menor nas instituições, no funcionamento dos partidos, nas suas alianças e interesses, bem como nos fatores explicativos da opção por votar nesse ou naquele candidato, nesse ou naquele partido.

Segundo Lavareda, os estudos sobre o sistema partidário brasileiro no período 1945 -1964 podem ser classificados segundo três tipos de tese: a da desestruturação do sistema partidário; a que enfatiza o processo de bipolarização e a que identifica uma tendência de realinhamento partidário (LAVAREDA, 1991, *apud* REGO, 1993). Para o período 1970-1979, Lamounier estudou a relação entre as avaliações do desempenho governamental na assistência médica do então INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), custo de vida, acesso à casa própria via BNH (Banco Nacional de Habitação), escola primária e policiamento, percebidas pelos eleitores de São Paulo, e sua preferência partidária. Os eleitores, por sua vez, foram divididos por nível de instrução. Essa pesquisa revelou que apenas para os eleitores com nível superior havia alguma correlação entre o desempenho da política governamental e a preferência partidária (LAMOUNIER, 1980). Rodrigues debruçou-se sobre a composição ocupacional dos deputados federais para destacar “as diferenças partidárias quanto à representação dos interesses e suas relações com as respectivas ideologias” (RODRIGUES, 2002, p.32), concluindo que para o entendimento das diferenças entre os partidos deve-se levar em conta não somente a ideologia e a orientação política, mas também os segmentos sociais neles representados (Op. cit, p. 42). A referência a esses estudos – que constituem apenas uma amostra da extensa literatura acumulada no país sobre processo eleitoral, representação partidária e fatores determinantes dos votos - tem como objetivo salientar as diferentes abordagens e preocupações que nortearam esse objeto.

Nas últimas eleições para presidente da república, realizadas em 2006, Luis Inácio Lula da Silva foi reeleito no segundo turno com 60,8% dos votos válidos, o que

representa 58,3 milhões de votos. Depois de uma campanha centrada na ética e na denúncia da corrupção de elementos do governo e do Partido dos Trabalhadores, tanto pela oposição à direita como à esquerda, onde não faltaram novos fatos revelando inexplicáveis e patéticas tentativas de compra de informações sobre o candidato do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) ao Estado de São Paulo⁴ (um dos mais importantes do país, tanto economicamente como politicamente, com forte concentração da oposição), e uma ação concertada da mídia para que houvesse um segundo turno, como nunca antes se viu na história recente do país, Lula foi reconduzido à presidência da república para governar mais quatro anos.

Em termos percentuais, Lula obteve um pouco menos de votos do que no segundo turno de 2002 (61,27%), quando foi eleito pela primeira vez. Mas dadas às condições em que seu governo se desenvolveu, a todo tempo convivendo com denúncias de corrupção, a ponto de seus mais destacados quadros terem sido afastados de seus cargos, tal resultado foi surpreendente⁵. Em termos de distribuição dos votos, levando em conta a localização geográfica dos Estados, essa eleição revelou um país dividido, onde Lula ganhou em 20 dos 27 estados existentes, sendo que destes, em todos da região Nordeste, a mais pobre do país; perdeu em apenas um Estado da região Norte (a segunda mais pobre do país); e ganhou em três estados da região Sudeste e em dois da região Centro-Oeste, inclusive no Distrito Federal, onde está localizada a capital do país. Enfim, perdeu em todos os estados da região Sul. Além disso, todas as pesquisas realizadas pela mídia indicaram que quanto menor e mais pobre o município, maior foi sua votação, o mesmo ocorrendo em relação à renda dos votantes. A eleição ainda revelou, segundo diversos analistas, um fato novo na realidade brasileira, a que os segmentos mais pobres da população, pertencentes às classes C e D, não se sensibilizaram com a posição dos chamados formadores de opinião, especialmente a expressa pela imprensa escrita e televisiva.

Durante a campanha presidencial e mesmo depois de realizada as eleições, a mídia, os chamados formadores de opinião e articulistas conceituados destacaram a importância do programa Bolsa Família na determinação do voto. Esse foi o caso de Bresser Pereira (2006), mencionado mais adiante.

⁴ Isso é abordado no ponto 1.2, adiante.

⁵ Aspectos das denúncias e dos desdobramentos sobre a corrupção durante o governo Lula são tratados no ponto 1.2 adiante.

Pesquisa realizada em 2004 sobre o impacto desse programa nos municípios brasileiros já apontava para a possibilidade de essa política de transferência de renda vir a criar e sustentar uma nova base de apoio ao presidente Lula. Essa base de apoio, diferente da sua tradicional fundada na organização sindical e nos movimentos sociais, seria dispersa e não organizada (MARQUES E MENDES, 2006). Essa hipótese derivava da abrangência do programa em relação à população total de alguns municípios e do peso relativo dos recursos transferidos em relação à receita disponível dos municípios, entendida como a soma das receitas próprias com as transferências constitucionais (MARQUES, et. al, 2004).

Todavia, essa pesquisa analisou o momento inicial da implantação do programa, quando este atingia “apenas” 4,3 milhões de famílias, a um custo mensal de R\$ 296,8 milhões, ou de R\$ 3,6 bilhões ao ano, e adotou como metodologia, entre outros aspectos, um estudo amostral. Em nova pesquisa feita em 2006, pelos mesmos autores, foi realizado estudo para o universo dos municípios cobertos pelo Programa. Quando da eleição presidencial, o Bolsa Família beneficiava 11,01 milhões de famílias, ao custo de R\$ 680,08 milhões no mês (R\$ 8,2 bilhões ao ano) atingindo, diretamente, 25,9% da população estimada pelo IBGE para 2006 (MARQUES, et al, 2006).

De posse das informações e conclusões derivadas dessa pesquisa, decidiu-se testar a hipótese aventada em 2004 e comentada pela mídia durante o processo eleitoral das eleições de 2006, considerando os resultados eleitorais para o cargo de presidente em cada município.

Sabemos que o resultado de uma eleição é produto de múltiplos fatores. Como diz Marx: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX 1973, p.231). Do ponto de vista da população de mais baixa renda, além do Programa Bolsa Família, o governo Lula realizou uma série de atividades e / ou programas. Apenas a título de ilustração, destacamos o programa “Luz para todos” (lançado em dezembro de 2003 e atingindo mais de um milhão de famílias ao final de 2006⁶), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos recursos aumentaram de R\$ 2,3 bilhões em 2003 (900 mil famílias) para R\$ 10 bilhões em 2006 (2 milhões de famílias⁷); o Programa Universidade para

⁶ Isso equivale a 50% das famílias rurais e de locais de difícil acesso que não tinham acesso à luz elétrica em 2003, quando o governo fez o levantamento do público –alvo.

⁷ Além do garantir recursos para investimento e custeio das propriedades familiares, também passou a oferecer linhas de crédito para mulheres agricultoras, jovens que cursem escolas agrotécnicas, produtores assentados, entre outras. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar

Todos (PROUNI), que concede bolsa de estudo, integral ou parcial, para os egressos do ensino público, junto a faculdades privadas (em 2006 o número de beneficiários atingia 200 mil universitários); a redução dos impostos dos itens destinados à construção da casa própria, principalmente do cimento, e dos alimentos de primeira necessidade. Além disso, destaca-se o fato de, no governo Lula, o poder de compra do salário mínimo ter aumentado 40% e de os movimentos sociais, principalmente os envolvidos com a luta pela reforma agrária, não terem sofrido repressão por parte do governo federal. Afora essas ações, outras realizadas pelo governo podem ter influído no voto da população mais pobre.

É importante esclarecer que não estamos aqui defendendo que necessariamente políticas dirigidas à população mais pobre garanta sua fidelidade no momento do voto aos políticos que as implementaram e tampouco que as condições socioeconômicas determinem a orientação ideológica do voto. Sobre esse último aspecto, vários estudos já demonstraram, para eleições passadas, a inexistência de relação entre pobreza e voto em partido que se manifeste ideologicamente na defesa de um programa dirigido preferencialmente para esse segmento da população. Carreirão, por exemplo, ao analisar as eleições de 1989, 1994 e 1998, concluiu que dois determinantes se destacam: a imagem que os eleitores formam dos candidatos e dos partidos; e a avaliação que os mesmos fazem dos atributos dos candidatos, para a qual a mídia influencia (CARREIRÃO, 2002).

Dessa forma, as eleições de 2006 teriam contrariado essas determinações, embora se possa dizer que o papel da mídia foi fundamental para a realização de um segundo turno. Nesse caso, como mencionado anteriormente, houve fortes indicações que o segmento beneficiado pela política de transferência de renda influiu nos resultados para presidente da república. Para esses segmentos, como se verá adiante, não se trata de uma “imagem”, e sim de uma política concreta que lhes beneficia, embora ela seja passível de críticas por sua limitação e natureza⁸.

engloba 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais, emprega 70% da mão de obra do campo e produz 68% da produção de alimentos consumida pela população brasileira (MDA, 2006). Vale dizer que Apesar dessa crítica mais geral, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em documento apresentado em 03/2006, durante a conferência da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), consideram essa política um dos pontos positivos do governo Lula (STEDILE, 2007).

⁸ Não é objetivo deste artigo analisar os limites e os problemas desse programa. Para isso ver MARQUES e MENDES (2005).

Caberia, ainda, um último reparo. É sabido que os resultados de um segundo turno são influenciados por outras variáveis, tais como as eventuais coligações dos candidatos majoritários, entre outras. Contudo, tendo em vista a “fidelidade” dos votos em Lula, muito embora ele tenha aumentado sua votação no segundo turno, inclusive retirando votos obtidos de seu oponente no primeiro turno, a hipótese levantada mantém sua pertinência.

1.2 – A percepção da mídia e de alguns articulistas sobre as eleições de 2006

No período anterior às eleições, praticamente toda a mídia e os formadores de opinião consideravam que os diversos escândalos que se avolumaram ao longo do primeiro mandato de Lula estariam minando a imagem do presidente e de seu partido. Contudo, na medida em que o pleito se aproximava, passou a vigorar a idéia de que Lula não só havia conseguido se dissociar dos escândalos e denúncias, mantendo sua popularidade e imagem junto aos eleitores, como também havia conformado um movimento batizado de “lulismo”, como se as idéias e concepções do presidente “tivessem vida própria”, dissociadas do partido e de sua equipe.

A “crise da corrupção” começou no início de 2004 quando Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, foi flagrado em vídeo negociando propina com um empresário do ramo de jogos. Depois de muitas idas e vindas, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI⁹, a qual chegou a abarcar temas que não estavam na sua pauta inicial, tornando-se base de investigação de diversas denúncias feitas contra o governo ou o PT, tais como a suposta ligação entre o assassinato do prefeito Celso Daniel (PT) e o esquema de financiamento de campanhas; as possíveis irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Antonio Palocci (na época, Ministro da Fazenda); a suposta doação de casas de bingo ou a remessa de dólares vindos de Cuba para a campanha de Lula, entre outros. Em maio de 2005, a revelação de uma fita de vídeo mostrando um ex-funcionário dos Correios, Maurício Marinho, negociando propina com empresários interessados em participar de uma licitação, deu origem à CPI dos Correios¹⁰, cujo objeto foi a investigação do “suposto” esquema do “mensalão”, que envolvia denúncias de corrupção nas estatais. As sessões das duas CPI eram transmitidas para todo o Brasil via a TV Câmara, e, durante bastante tempo,

⁹ O relatório final dessa CPI não foi conclusivo a respeito das denúncias.

¹⁰ Essa CPI revelou um esquema de distribuição de recursos a parlamentares, os quais os utilizariam, teoricamente, para bancar despesas de campanhas eleitorais. Como resultado, foram apresentados 124 nomes para serem indiciados pelo Ministério Público.

acompanhadas “*on-line*” pela população de todos os extratos sociais. Essas não foram as únicas situações relacionadas à corrupção que envolveram membros da equipe de governo e / ou do Partido dos Trabalhadores. Houve, por exemplo, em 2006 a criação da CPI das Sanguessugas, que tratava da chamada máfia das ambulâncias, envolvendo parlamentares e membros do executivo.

O último escândalo envolvendo o governo ocorreu 15 dias antes do 1º turno, quando a política federal revelou a tentativa de compra, por integrantes do PT, de um dossiê que envolvia o candidato ao governo de São Paulo, José Serra. Presos com R\$ 1,7 milhão sem origem declarada, esse fato resultou no afastamento de Ricardo Berzoini, ex-ministro e então coordenador da campanha de Lula. Este escândalo é considerado como aquele que maior prejuízo causou à reeleição de Lula ainda no primeiro turno. A proximidade com a eleição e a divulgação das fotos do dinheiro que seria utilizado para compra do dossiê nos instantes finais da campanha, juntamente com a ausência do presidente Lula no debate final da TV Globo, criaram um cenário negativo para vitória no 1º turno. Segundo a mídia e os formadores de opinião, isso teria conformado, por parte dos eleitores, a percepção de criminalidade e falta de ética do PT e de seu candidato. Contudo, no 2º turno, o presidente não só saiu vitorioso como os votos de seu oponente diminuíram em 2 milhões em relação aos obtidos no primeiro turno. Tanto isso é verdade que, no 1º turno, Lula perdeu para Geraldo Alckmin — candidato pelo PSDB — em todos os estados da região Sul e da região Centro-Oeste (incluindo o Distrito Federal), e ainda nos estados de São Paulo, Acre, Roraima e Rondônia. No 2º turno, no entanto, Alckmin somente venceu em apenas sete estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Acre).

Bresser Pereira considera que a queda dos votos direcionados para Lula às vésperas do segundo turno, e que possibilitou a ocorrência do segundo, foi fruto da indignação geral causada pelo dossiê contra os adversários e pelo não comparecimento do petista aos debates. Segundo ele, no primeiro turno, a segmentação social no voto entre Lula e Alckmin foi muito clara; os muito ricos e os pobres direcionaram seus votos para Lula; a classe média votou em Alckmin. Teria sido o resultado eleitoral mais polarizado que já ocorreu, mas, também, o mais “esquizofrênico”: *polarizada porque os pobres e os pouco educados votaram em um candidato, e os remediados e educados, em outro; esquizofrênica porque os muito ricos votaram com os pobres e os miseráveis* (BRESSER PEREIRA, 2006). Tal segmentação teria bases econômicas muito sólidas,

na visão de Bresser, tendo em vista que a população mais pobre vinculou seu voto aos benefícios que recebeu com o aumento do salário mínimo e a expansão do Bolsa Família, enquanto os muitos ricos foram privilegiados por juros extremamente elevados.

A manutenção da intenção do voto em Lula pelos segmentos mais pobres da população no segundo turno, e inclusive a diminuição dos votos de seu oponente, deixou grande parte da mídia e dos formadores de opinião sem saber o que dizer. No entanto, de acordo com Santos (2006), tal perplexidade é um sinal claro da pouca percepção que esses tiveram com relação à separação que existe entre uma elite política distante e arrogante e a “*acumulação histórica de ressentimento que isso criou entre as classes populares*” (Op. cit, p. 3). Santos também enfatiza que a vitória de Lula deve-se ao que ele simboliza, além de sua capacidade de ampliar o impacto político de medidas paliativas, proporcionando uma percepção de melhoria de vida para milhões de brasileiros. Segundo ele, é principalmente essa capacidade que fez com que programas como o Bolsa Família, que geram apenas pequenas transferências de renda, possam ser percebidos como um processo de mudança qualitativa na vida das pessoas beneficiadas. Para esse autor:

“Tudo isso foi possível devido a uma sutil inversão do sinal político: atribuído por Lula, o Bolsa Família foi entendido pelos brasileiros como ‘isso é o mínimo que vos devo’; fosse atribuído por um presidente de direita, dissesse o que dissesse, seria sempre entendido como ‘isso é o máximo que vos devo’” (SANTOS, 2006).

Como afirmado anteriormente, não se trata de uma “percepção” sem fundamento. No caso das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o acréscimo da renda familiar pode chegar até 40%, sendo que, na média do Brasil, recebem R\$ 62,00. Como é sabido, empiricamente, que pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza dirigem praticamente todo o acréscimo de renda para a compra de alimentos. Mas existem pesquisas que comprovam esse conhecimento “popular”. Para se ter uma idéia, estudo sobre o impacto de outros programas de transferência de renda mostrou que, para famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 90,00, para cada 1 real (R\$ 1,00) de benefício recebido, 89 centavos são gastos em alimentos (MS, 2003).

2- Metodologia de análise

Para investigar se o Programa Bolsa Família teve impacto sobre as decisões eleitorais para a Presidência da República de 2006, optou-se por analisar as eventuais relações entre a cobertura do Programa em relação à população total e os votos

recebidos pelo candidato Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, à reeleição.

Para a obtenção do grau de cobertura do Bolsa Família em relação à população total utilizou-se dados, fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do número de famílias beneficiárias do Programa em outubro de 2006 e de informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – sobre a população estimada para os municípios brasileiros em 2006. A estimativa da população beneficiária do Bolsa Família foi obtida multiplicando-se o número de famílias beneficiárias por 4,4 (tamanho médio das famílias pobres, em 2006, segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS). Assim, o número de famílias beneficiárias em cada município do país, multiplicado por 4,4 e dividido pela população total estimada para cada município, gerou o Grau de Cobertura do Bolsa Família para todos os municípios brasileiros.

Os graus de cobertura foram calculados para 5560 municípios, pois dos 5564 municípios constantes do banco de dados fornecido pelo MDS, para quatro (Aroeiras do Itaim – PI, Figueirão – MS, Iporanga do Norte – MT e Itanhangá – MT) não há informação sobre o número de famílias beneficiárias. A ausência desses municípios não prejudica, contudo, o estudo, pois aos 5560 municípios considerados, onde 11.009.341 famílias são beneficiárias, corresponde a 186.758.424 habitantes, ou seja, quase à totalidade da população estimada pelo IBGE para o Brasil, de 186.770.562 habitantes, em 2006.

A opção por trabalhar com a população total e não com a população alvo do Programa Bolsa Família (pobre), deveu-se aos seguintes motivos. Primeiro, o eleitorado refere-se à parcela da população total e não apenas à população alvo; segundo, não há informações oficiais do voto por faixa de renda, a não ser aquelas resultantes de pesquisas realizadas anteriormente ao pleito, por diferentes fontes, o que, de fato, na melhor das hipóteses, indicava estimativas de intenção do voto, não sendo, portanto, oficiais; e finalmente, por que se reconhece que os efeitos do Bolsa Família não se restringem às famílias beneficiárias, sendo percebidos pelo restante da comunidade a que essas famílias pertencem em função de sua maior ou menor cobertura em relação à população total. Esse reconhecimento pode ser tanto fruto de relações pessoais como da observação empírica de seu efeito sobre o consumo local, principalmente do aumento

do consumo de alimentos. A hipótese aqui adotada é de que essa percepção pode influenciar na decisão do voto.

A relação do grau de cobertura (sobre a população total) com a percentagem dos votos válidos recebidos pelo candidato à reeleição à Presidência da República, em 2006, foi analisada em três níveis de abrangência: municipal, estadual e por grandes regiões geográficas.

A fim de verificar se este resultado poderia ser influenciado por outras características dos municípios brasileiros, que não o nível de pobreza (posto que o Programa Bolsa Família é dirigido exatamente ao segmento mais pobre da população), isto é, se não existe correlação espúria, foram consideradas algumas dessas possíveis características.

Primeiramente foi analisada a distribuição do coeficiente de participação do eleitorado na população total a fim de verificar se não existem diferenças tanto entre os estados como dos municípios. Caso sejam observadas essas diferenças, isso poderia distorcer a interpretação dos resultados obtidos no estudo. Para tanto, os estados foram distribuídos segundo faixas de participação do eleitorado na população total nos seguintes intervalos: até 60%; de 60% a 65%; de 65% a 70%; e acima de 70%, haja vista a elevada concentração dos estados em torno da média nacional de 67,4%. Já os municípios foram distribuídos nos seguintes intervalos: até 60%, seguido de intervalos consecutivos de amplitude de 5%, até o último, acima de 90%. O maior número de faixas atribuídas aos municípios se deve à maior dispersão desta participação entre estes do que a existente entre os estados.

Em segundo lugar, buscou-se verificar se o comportamento do relacionamento entre os dois indicadores não estaria associado ao porte populacional dos municípios, pois, tal qual assumido no tratamento anterior, caso esta relação fosse observada, então eventuais relações percebidas entre os indicadores propostos poderiam estar sendo influenciadas pelo porte populacional do município, superpondo-se à relação em si. Na definição dos portes populacionais, adotou-se a mesma metodologia utilizada nas pesquisas sobre o Bolsa Família feitas por Marques em 2004 e em 2006 (MARQUES, et. al, 2004 e MARQUES, et. al, 2006), agrupando os municípios brasileiros em quatro categorias: pequenos (até 20 mil habitantes em 2006), médios (de 20 mil a 100 mil habitantes), grandes (de 100 mil a 500 mil habitantes) e muito grandes (acima de 500 mil habitantes).

Também se analisou se a caracterização dos municípios como rural ou urbano, assim como a distribuição dos mesmos entre capital, região metropolitana e interior, poderiam induzir uma relação sistemática entre o grau de cobertura do Bolsa Família e os votos recebidos pelo presidente Lula. Na definição do município como predominantemente rural ou urbano não foram incluídos 88 municípios, por terem sua população igualmente distribuída entre essas duas categorias. Assim, estes municípios foram incorporados na média estadual e da Região Geográfica, mas não tratados isoladamente. Para as Regiões Metropolitanas, somente foram consideradas aquelas criadas em 1973, por Lei Complementar Federal, sendo desconsideradas todas as demais Regiões Metropolitanas criadas por Lei Complementar Estadual depois desta data. Estas novas Regiões Metropolitanas não foram analisadas por apresentarem ainda certo grau de dificuldade para se integrarem como área de administração comum, ou como em muitos casos, por serem ainda muito recentes, com graus de integração muito diferenciados. Foram analisadas apenas as Regiões Metropolitanas de Belém, de Fortaleza, de Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Curitiba e de Porto Alegre. Na região metropolitana não foram incluídas as capitais, pois estas foram analisadas em separado.

3 – Resultados Obtidos

3.1 – Variáveis de controle

Para evitar a possibilidade de estabelecer uma relação espúria entre a cobertura do Bolsa Família e os votos obtidos por Lula nas eleições de 2006, foi investigado se algumas variáveis poderiam influenciar a opção do voto no mesmo sentido da cobertura do Bolsa Família. Caso esta relação se confirmasse, então a influência do Bolsa Família no resultado das eleições de 2006 não ficaria claramente caracterizada, podendo induzir a uma conclusão frágil devido a essa superposição de causalidade.

Na elaboração das relações, os percentuais de cobertura do Programa mostrados, nas tabelas 1 a 5, *estão associados às faixas das variáveis controle* em questão. Apenas para exemplificar, na faixa de participação do eleitorado na população total que vai até 60%, há uma cobertura de 34% do Bolsa Família, e assim por diante. Isso não significa que a totalidade dos municípios brasileiros com esse grau de cobertura tem a mesma incidência de votos encontrada para essa faixa de participação do eleitorado.

As análises efetuadas permitiram concluir pela não existência de superposição de influência, evidenciando, assim, que os resultados obtidos pelas avaliações da relação entre o Bolsa Família e os votos nas eleições de 2006 ganham robustez e confiabilidade.

3.1.1 – Participação dos eleitores na população total

Conforme pode ser observado na Tabela 1, é percebida alguma relação (estatisticamente não significativa) entre a participação do eleitorado na população total e a proporção dos votos válidos em Lula no segundo turno das eleições de 2006. No entanto, a mesma sistematicidade não é encontrada quando se compara aquela variável com o grau de cobertura do Bolsa Família na população total. Assim, uma vez que não se observa um comportamento sistemático e simultâneo entre as três variáveis, qualquer influência da cobertura do Bolsa Família no resultado eleitoral de 2006 não é induzida pelo peso do eleitorado na população total dos estados.

Tabela 1

Grau de cobertura do Bolsa Família (BF) e votos recebidos por Lula (v/vv) no segundo turno das eleições de 2006, nos estados brasileiros por faixa de participação do eleitorado na população total -%

eleitorado / população	cobertura		
	nº de estados	BF	v/vv
até 60%	4	26,7	64,0
de 60% a 65%	4	40,1	63,4
de 65% a 70%	14	31,8	63,2
mais de 70%	5	23,4	60,0

Fonte: TSE, MDS e IBGE. Elaboração própria.

A mesma análise foi feita para os municípios brasileiros, e, como pode ser visto na Tabela 2, apesar de existir uma forte correlação direta entre a participação do eleitorado na população total e o grau de cobertura do Bolsa Família, o mesmo não ocorre entre aquela variável e a porcentagem de votos em Lula no segundo turno das eleições de 2006.

Nos municípios pertencentes às faixas de menor proporção de eleitores nas suas respectivas populações, observa-se uma relação inversa entre o grau de cobertura e os votos recebidos. Entretanto, já a partir da quarta faixa (de 70 a 75%), essa relação é absolutamente inexistente. Mais uma vez se observa, que esse grau de cobertura está

associado às faixas de participação do eleitorado no total da população, não podendo, portanto, nada ser concluído da leitura pura e simples das colunas 2 e 3 da tabela 2.

Tabela 2
Grau de cobertura do Bolsa Família (BF) e votos recebidos por
Lula (v/vv) no segundo turno das eleições de 2006, nos municípios
brasileiros por faixa de participação do eleitorado na população
total -%

eleitorado / população	nº de municípios	cobertura BF	v/vv
até 60%	463	34,4	68,2
de 60% a 65%	482	36,6	64,6
de 65% a 70%	865	37,1	62,4
de 70% a 75%	1171	37,4	60,8
de 75% a 80%	1084	39,1	60,1
de 80% a 85%	735	40,9	60,5
de 85% a 90%	363	45,2	60,9
mais de 90%	397	53,8	61,8

Fonte: TSE, MDS e IBGE. Elaboração própria.

3.1.2 – Porte populacional dos municípios

Do ponto de vista intuitivo e lógico, espera-se que municípios de maior porte populacional apresentem maior capacidade de oferta de oportunidades de emprego e geração de renda que os menores, uma vez que os maiores geralmente têm uma estrutura de produção e distribuição mais complexa. Neste sentido, apesar de existirem muitas exceções, genericamente pode-se imaginar que os municípios menores poderiam ser proporcionalmente mais pobres que os maiores e, por isso, apresentarem maior grau de cobertura do Bolsa Família que estes últimos. Como se sabe que existe estreito vínculo entre pobreza e cobertura do Bolsa Família (pois a pobreza é a razão da existência do Programa), buscou-se investigar a possibilidade dos votos recebidos por Lula serem mais intensos quanto menor o porte populacional do município. Para tanto, os municípios brasileiros foram distribuídos e classificados em quatro categorias de porte populacional: pequenos, médios, grandes e muito grandes.

Entretanto, como mostra a Tabela 3, apesar de aparentemente se confirmar a existência de correlação direta entre o porte populacional e o grau de cobertura do Bolsa Família na população total, não se percebe qualquer associação sistemática entre o tamanho da população do município e a votação em Lula, dado que a porcentagem dos votos válidos recebidos por ele é praticamente a mesma em qualquer dos portes populacionais estudados.

Tabela 3

Grau de cobertura do Bolsa Família (BF) na população total e votos recebidos por Lula (v/vv) no segundo turno das eleições de 2006, nos municípios brasileiros, por porte populacional - %

porte populacional	cobertura BF	v/vv
pequeno	42,0	61,5
médio	36,4	63,5
grande	19,6	60,3
muito grande	16,0	63,0
Brasil	25,9	60,8

Fonte: TSE, MDS e IBGE. Elaboração própria.

Obs.: Pequeno = até 20.000 habitantes; médio = de 20.000 a 100.000 habitantes; grande = de 100.000 a 500.000 habitantes; e muito grande = acima de 500.000 habitantes.

3.1.3 – Municípios predominantemente rurais ou urbanos

Assim como na análise das variáveis de controle anteriores, também foi alvo de preocupação deste estudo a investigação de possíveis associações sistemáticas entre o grau de cobertura do Bolsa Família e a característica predominante do município ser rural ou urbano. Entretanto, no caso brasileiro, esta associação mais intensa do meio rural com a pobreza pode até ser aceitável para os estados das regiões Norte e Nordeste, mas é bastante questionável nos estados da região Sul e, principalmente, Centro-Oeste. Nesta última, há predominância da atividade agro-pecuária sobre o setor industrial na geração de renda dos seus municípios, fazendo com que o interior necessariamente não se caracterize como predominantemente mais pobre que as capitais.

Conforme pode ser notado na Tabela 4, percebe-se valores diferentes do grau de cobertura do Bolsa Família na população total e da proporção dos votos válidos obtidos por Lula associados à média dos municípios predominantemente rurais e dos urbanos. Contudo, ao se testar a significância dessas diferenças (observadas tanto para a cobertura como para a proporção de votos em Lula), concluiu-se que, a 5% de significância, os valores são indiferentes, isto é, iguais.

Tabela 4

Grau de cobertura do Bolsa Família (BF) na população total e votos válidos recebidos por Lula (v/vv) no segundo turno das eleições de 2006, nos municípios brasileiros, por predominância rural ou urbana - %

predominância	cobertura BF	v/vv
rural	48,9	68,8
urbano	22,3	59,6

Fonte: TSE, MDS e IBGE. Elaboração própria.

Obs. Valores de t calculado são 1,29 e 0,55 respectivamente, enquanto os valores críticos tendem a 1,96 (5% de significância) e a 1,65 (10% de significância)

Desta forma, estatisticamente não se configura a indução de uma possível associação entre a cobertura do Bolsa Família e o resultado das eleições de 2006 provocada pelo fato de o município ser predominantemente rural ou urbano.

3.1.4 – Capital, região metropolitana e interior

A característica de o município ser capital de estado, participante de região metropolitana ou do interior também foi analisada para se verificar se ela não condiciona a relação dos votos em Lula com a cobertura do Programa Bolsa Família. Esta preocupação advém do senso comum que entende que a capital, ao se constituir sede do poder político dos estados, geralmente atua como pólo de atração de atividades econômicas, enquanto que nos municípios do interior predomina a dispersão destas atividades. Assim, os municípios das capitais seriam relativamente mais ricos que os do interior e, conseqüentemente, teriam menor grau de cobertura do Programa. Já os municípios pertencentes às regiões metropolitanas, por estarem bastante associados às atividades econômicas das capitais, deveriam apresentar grau de cobertura intermediário entre o esperado para as capitais e os municípios do interior.

De fato, conforme mostra a Tabela 5, os valores médios de cobertura do Bolsa Família na população total das três categorias são aparentemente diferentes, comportando-se como o esperado pelo senso comum, ou seja, 18,6% para as capitais, 23,2% para as regiões metropolitanas e 40,2% para o interior. No entanto, o fato de pertencer a um desses grupos especificados não confere nenhum comportamento sistemático que seja previsível, haja vista os coeficientes de votos válidos obtidos por Lula no segundo turno das eleições de 2006 não serem diferentes entre os três grupos analisados. Complementarmente testou-se a significância da diferença entre as

coberturas do interior e da capital e concluiu-se não haver diferença significativa entre os valores para margens de erro de 5%.

Tabela 5

Grau de cobertura do Bolsa Família (BF) e votos recebidos por Lula (v/vv) no segundo turno das eleições de 2006, entre os municípios brasileiros, segundo capital, região metropolitana e interior - %

categoria	cobertura BF	v/vv
capital	18,6	61,2
região metropolitana	23,2	65,6
interior	40,2	61,8

Fonte: TSE, MDS e IBGE. Elaboração própria.

Obs. Valores de t calculado para diferenças de médias de cobertura e votos em Lula, para capital e interior são 1,00 e 0,03 respectivamente, enquanto os valores críticos tendem a 1,96 (5% de significância) e a 1,65 (10% de significância)

3.2 – Cobertura do Bolsa Família sobre a população total e percentagem de votos válidos recebidos por Lula no segundo turno das eleições de 2006.

Uma vez não encontrada nenhuma sistematicidade significativa de influência das variáveis controle sobre o vínculo do Bolsa Família com os resultados da eleição presidencial de 2006, investigou-se a existência de relação entre essas duas últimas variáveis.

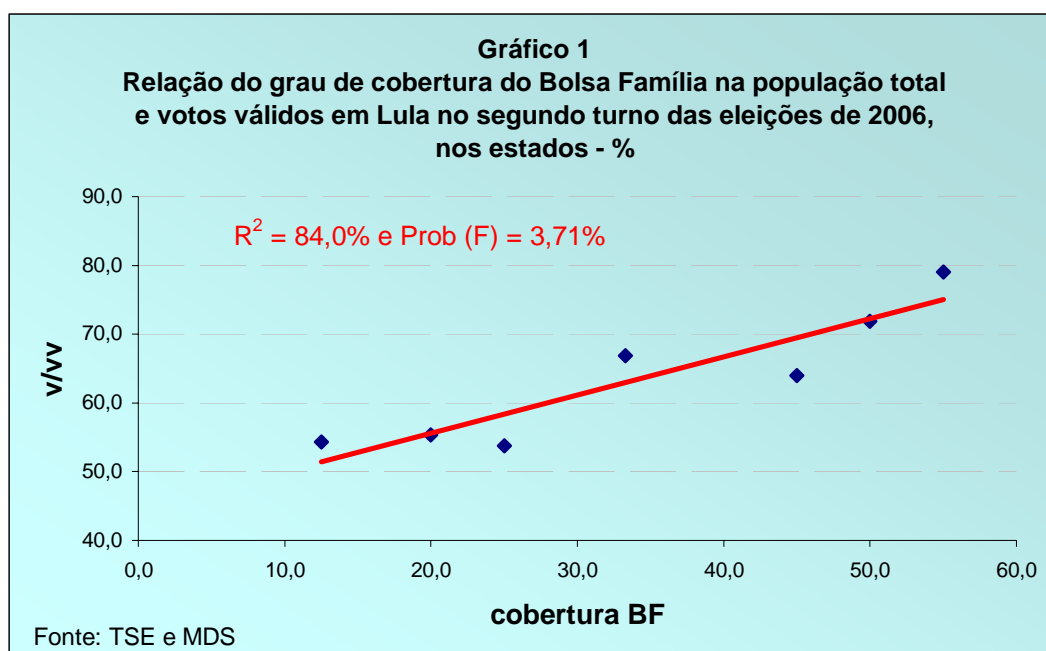
Analisando-se essa associação *nas regiões geográficas*, observa-se forte relação direta entre o Bolsa Família e o resultado do pleito (Tabela 6). Conforme o grau de cobertura cresce, aumenta também a proporção de votos recebidos por Lula. A única exceção é verificada na região Sudeste, a qual, apesar de um coeficiente de cobertura um pouco inferior ao da região Sul, apresentou proporção de votos em Lula substancialmente superior ao da região Sul. Tal fato indubitavelmente se deve ao estado do Rio de Janeiro, onde Lula recebeu quase 70% dos votos válidos no segundo turno, isto é, mais de 5,5 milhões de votos. No caso específico dessas eleições, Rio de Janeiro foi onde a candidata Heloísa Helena, da Frente de Esquerda, foi mais votada (17,3%%). Embora sua direção não tenha indicado apoio ao Lula no segundo turno, seus eleitores, em quase sua totalidade, votaram em Lula.

Tabela 6
Grau de cobertura do Bolsa Família (BF) na população total e proporção de votos válidos em Lula (v/vv) no segundo turno das eleições de 2006, nas regiões geográficas - %

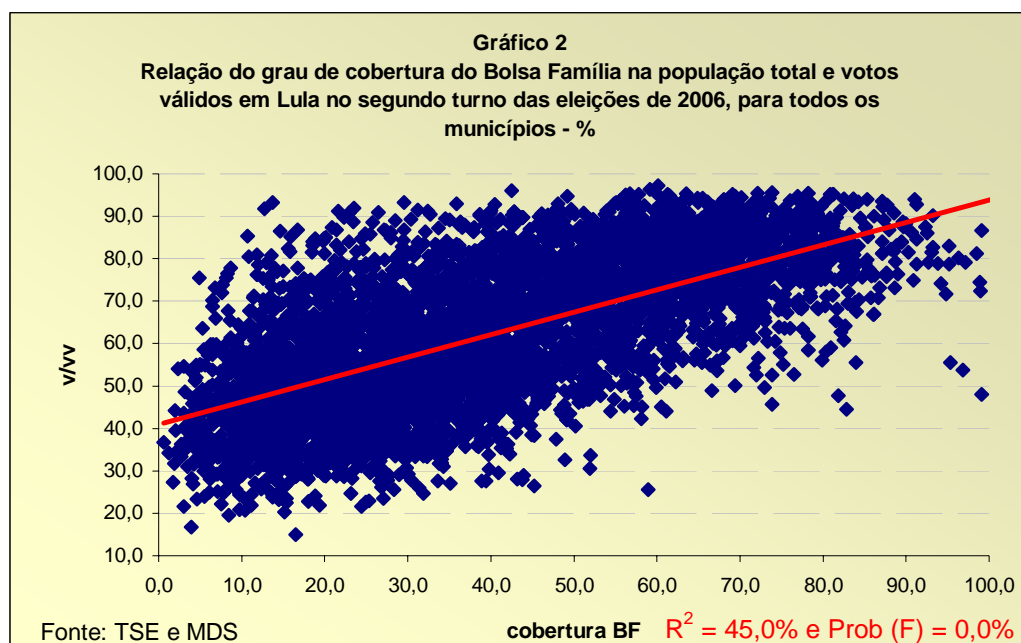
Região	cobertura BF	v/vv
Nordeste	56,0	77,1
Norte	30,3	65,6
Centro_Oeste	24,1	52,4
Sul	17,0	46,5
Sudeste	16,6	56,9
Brasil	25,9	60,8

Fonte: TSE, MDS e IBGE. Elaboração própria.

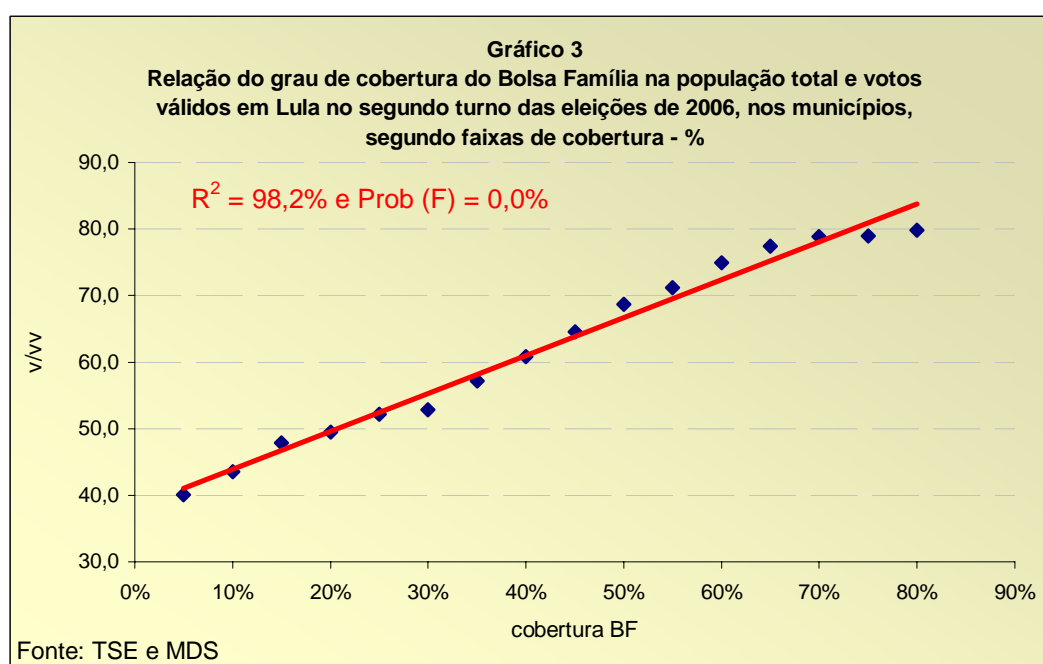
A análise para *os estados* confirmou a associação sistemática da cobertura do Bolsa Família com os votos em Lula no segundo turno das eleições de 2006, conforme pode ser percebida através do Gráfico 1. Apesar de se observar alguma dispersão, a tendência linear ascendente na relação entre as variáveis estudadas é visível e estatisticamente confirmada, a 5% de significância.



Levando essa investigação para a *totalidade dos municípios* brasileiros, a influência direta do grau de cobertura do Bolsa Família na proporção de votos válidos recebidos por Lula nas eleições de 2006 permaneceu muito evidente, a despeito da grande dispersão existente especialmente entre os municípios com graus de cobertura menores (ver Gráfico 2).



A fim de aprofundar a análise, os municípios foram distribuídos em faixas de cobertura para verificar a relação entre as médias dos graus de cobertura entre municípios indiferentes (para esse conceito). Como pode ser visto no Gráfico 3, os resultados obtidos são surpreendentes pela sua robustez, confirmando a hipótese básica que originou esse estudo, de haver uma relação direta entre o Programa e o resultado das eleições presidenciais de 2006.



4 – Conclusões

Os resultados indicaram a existência de forte relação entre o voto em Lula no segundo turno e o peso do Bolsa Família em relação à população total de cada município. Quanto maior a faixa de cobertura, em relação à população total, maior foi a proporção de votos válidos recebidos por Lula. Nestas condições, o grau de explicação foi de simplesmente 98%.

Mesmo se não se agregar os municípios em faixas de cobertura, quando o grau de dispersão é bastante significativo, o Bolsa Família explica, sozinho, 45% dos votos em Lula.

As características dos municípios, tais como: predominantemente rural ou urbano; capital, participação do município em região metropolitana e interior; porte populacional; e peso do eleitorado na população total, não influenciaram a relação entre a decisão do voto e o grau de cobertura do Bolsa Família.

Dessa forma, como salientado anteriormente, o fato de o Bolsa Família abranger mais de 11 milhões de famílias, beneficiando quase 26% da população brasileira e elevando a renda de famílias extremamente pobres em até 40%, foi determinante no resultado do pleito presidencial de 2006. Esses dados indicam que, mais do que uma percepção de uma política governamental, as famílias beneficiárias e seu entorno vêem o Programa como algo concreto, que alterou sua condição de vida. O presidente Lula, ao levar essa política para praticamente todos os municípios brasileiros e ao introduzir, no interior do Bolsa Família, um componente fixo, sem condicionalidade que não aquela da pobreza, assegurou uma ampla base de apoio eleitoral.

E no momento do voto, a epígrafe deste artigo tornou-se uma realidade, muito embora Jacob Gorender tenha escrito essas linhas em outro contexto e com outro intuito.

Bibliografia

BRESSER PEREIRA, L. C. - Equação do segundo turno. Folha de São Paulo, 09/10/06.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

- GORENDER, Jacob. Hegemonia Burguesa – Reforçada pela Prova eleitoral de 94. In Crítica Marxista. São Paulo, Editora Brasiliense, volume 1, nº 2.
- LAMOUNIER, Bolívar. O Voto em São Paulo, 1970-1978. in LAMOUNIER et alli; Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- MARQUES, Rosa; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. Revista de Economia Política, volume 26, nº 1 (101), janeiro-março, p. 58-74, 2006.
-
- Desvendando o social no governo Lula: a construção de uma nova base de apoio In: Adeus ao Desenvolvimento. Belo Horizonte : Autêntica, 2005, p. 143-170.
- MARQUES, R., MENDES, A.; LEITE, Marcel G. e HUTZ, Ana. A Importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros, relatório de pesquisa. MDS, Brasília, 2004.
- MARQUES, R., MENDES, A.; LEITE, Marcel G. e JANSEN, M.R. O Bolsa Família e o BPC: cobertura e importância nos municípios. Relatório de pesquisa. MDS, Brasília, 2006.
- MARX, K. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE - Avaliação do Programa Bolsa Alimentação – Estudo 2: Análise de Impacto Preliminar. Brasília, Ministério da Saúde, 2003.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Balanço MDA 2003-2006. Disponível em <http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=1322>. Acesso em 15 de março de 2007.
- RÊGO, J. As bases sócio-econômicas dos partidos políticos no BRASIL: 1982-1990. Tese de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1993.
- RODRIGUES, L.M. Partidos, ideologia e composição social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 48, fevereiro de 2002. São Paulo, ANPOCS, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa - Lula e a esquerda. Folha de São Paulo, São Paulo, p.3, 22 set. 2006.
- STEDILE, J. P. The Neoliberal agrarian model in Brazil. Monthly Review, vol. 58, nº 8, february 2007. New York, 2007.